

Demonstrações Financeiras Intermediárias

Paranaíba Transmissora de Energia S.A.

31 de março de 2024

com Relatório de revisão do Auditor Independente

Paranaíba Transmissora de Energia S.A.

Demonstrações financeiras Intermediárias

31 de março de 2024

Índice

Relatório de revisão do auditor independente sobre as demonstrações financeiras intermediárias1

Demonstrações financeiras intermediárias

Balanço patrimonial3

Demonstração do resultado4

Demonstração do resultado abrangente5

Demonstração das mutações do patrimônio líquido6

Demonstração dos fluxos de caixa.....7

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias8

Relatório de revisão do auditor independente sobre as demonstrações financeiras intermediárias

Aos
Acionistas e Diretores da
Paranaíba Transmissora de Energia S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Introdução

Revisamos o balanço patrimonial da Paranaíba Transmissora de Energia S.A. (“Companhia”), em 31 de março de 2024, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o trimestre findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Responsabilidade da diretoria sobre as demonstrações financeiras intermediárias

A diretoria é responsável pela elaboração e apresentação adequada dessas informações intermediárias de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

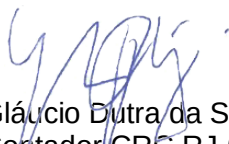
Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão. Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações intermediárias não apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia, em 31 de março de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Rio de Janeiro, 29 de abril de 2024.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC 2SP-015199/F



Gláucio Dutra da Silva
Contador/CRC RJ-090174/O

Paranaíba Transmissora de Energia S.A.

Balanço patrimonial
31 de março de 2024 e 31 de dezembro 2023
(Em milhares de reais)

Ativo	Nota	31/03/2024	31/12/2023	Passivo	Nota	31/03/2024	31/12/2023
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	47.879	49.217	Fornecedores		6.793	5.137
Concessionários e permissionários	7	22.994	22.061	Empréstimos e financiamentos	8	48.154	47.003
Impostos a recuperar		564	2	Debêntures	9	23.240	24.255
Caixa Restrito	6	2.404	9.564	Dividendos a pagar		34.124	34.124
Ativo de contrato	5	171.063	168.912	Contas a pagar	10	10.112	23.202
Outros ativos		5.915	5.344	Outros passivos		10.409	8.533
Total do ativo circulante		250.819	255.100	Total do passivo circulante		132.832	142.254
Não circulante				Não circulante			
Caixa Restrito	6	33.829	33.801	Empréstimos e financiamentos	8	333.466	345.008
Ativo de contrato	5	1.667.198	1.653.870	Debêntures	9	61.992	71.527
Imobilizado		4.341	6.913	Tributos Diferidos	11	384.513	370.887
Intangível		380	363	Outros		-	4.000
Total do ativo não circulante		1.705.748	1.694.947	Total do passivo não circulante		779.971	791.422
				Patrimônio líquido			
				Capital social	12.a	543.261	543.261
				Reserva legal	12.b	38.876	38.876
				Reserva de incentivos fiscais	12.c	27.220	27.220
				Reserva de lucros retidos	12.d	400.119	400.119
				Dividendos adicionais propostos		6.895	6.895
				Lucro líquido do período		27.393	-
				Total do patrimônio líquido		1.043.764	1.016.371
Total do Ativo		1.956.567	1.950.047	Total do passivo		1.956.567	1.950.047

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Paranaíba Transmissora de Energia S.A.

Demonstração do resultado

Períodos de três meses findos em 31 de março de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

	Nota	31/03/2024	31/03/2023
Receita operacional líquida	13	60.518	54.772
Custo de construção		(5.405)	-
Custo de operação e manutenção - O&M	15	(3.133)	(4.715)
Lucro bruto		51.980	50.057
Receitas (Despesas) operacionais	16		
Pessoal		(737)	(767)
Materiais		(1)	(0)
Serviços de terceiros		(258)	(440)
Alugueis		(145)	(143)
Seguros		(5)	(4)
Doações, Contribuições e Subvenções		(9)	-
Tributos		(0)	(3)
Depreciação e amortização		(3)	(3)
Outras Receitas Operacionais		8	429
Outras Despesas Operacionais		-	(11)
Lucro antes das receitas e despesas financeiras e impostos		50.830	49.115
Receitas financeiras	17	2.159	2.724
Despesas financeiras	17	(12.791)	(14.832)
Resultado financeiro (líquido)		(10.632)	(12.108)
Resultado antes da tributação		40.198	37.007
Imposto de renda corrente e diferido		(9.359)	(7.318)
Contribuição social corrente e diferido		(3.446)	(3.321)
Lucro líquido do período		27.393	26.368

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Paranaíba Transmissora de Energia S.A.

Demonstração do resultado abrangente

Períodos de três meses findos em 31 de março de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

	31/03/2024	31/03/2023
Lucro líquido do período	27.393	26.368
Total de resultado abrangente do período	27.393	26.368

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Paranaíba Transmissora de Energia S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Períodos de três meses findos em 31 de março de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

	Capital social	Reservas de lucros				Lucros acumulados	Total
		Legal	Reserva de incentivos fiscais	Lucros retidos	Dividendos Adicionais propostos		
Saldos em 31 de dezembro de 2022	543.261	31.692	17.094	314.770	-	-	906.817
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	26.368	26.368
Saldos em 31 de março de 2023	543.261	31.692	17.094	314.770	-	26.368	933.185
Saldos em 31 de dezembro de 2023	543.261	38.876	27.220	400.119	6.895	-	1.016.371
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	27.393	27.393
Saldos em 31 de março de 2024	543.261	38.876	27.220	400.119	6.895	27.393	1.043.764

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Paranaíba Transmissora de Energia S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa

Períodos de três meses findos em 31 de março de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

	31/03/2024	31/03/2023
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro antes dos impostos de renda e da contribuição social	40.198	37.008
Ajuste para:		
Remuneração do ativo de contrato	(51.588)	(48.388)
PIS/COFINS Diferidos	965	1.175
Depreciação e amortização	3	3
Amortização de custo de transação	223	164
Despesas de juros de empréstimos	8.263	9.900
Despesas de juros debêntures	3.638	4.267
(Aumento)/redução nos ativos e Aumento (redução) nos passivos operacionais		
Contas a receber	(933)	(117)
Imposto a recuperar	(562)	458
Outros ativos	(572)	419
Ativo de contrato	36.109	35.685
Fornecedores	1.656	569
IR/CS pagas no período	(692)	(1.941)
Pagamento contingências	(11.308)	-
Outros passivos	(3.356)	(2.368)
Disponibilidade proveniente das atividades operacionais	22.044	36.834
Pagamento de juros - empréstimos	(7.811)	(8.571)
Pagamento de juros - debêntures	(3.287)	(3.691)
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais	10.946	24.572
Fluxo de caixa da atividade de investimento		
Caixa Restrito	7.132	6.166
Redução de Imobilizado	2.551	-
Caixa líquido proveniente das atividades de investimentos	9.683	6.166
Fluxo de caixa da atividade de financiamento		
Pagamento de debêntures	(11.120)	(7.776)
Pagamento de empréstimos	(10.847)	(9.920)
Fluxo de caixa líquido (aplicado) nas atividades de financiamento	(21.967)	(17.696)
Aumento (redução) do caixa e equivalente de caixa	(1.338)	13.043
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	49.217	48.780
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	47.879	61.823
Redução do caixa e equivalente de caixa	(1.338)	13.043

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Paranaíba Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias
31 de março de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

1. Informações gerais

A Paranaíba Transmissora de Energia S.A. (Companhia ou PTE), sociedade privada de capital fechado, foi constituída em 21 de dezembro de 2012 e está estabelecida na Av. Presidente Vargas, nº 955 - 12º andar, Centro, Rio de Janeiro. A Companhia é uma Sociedade de Propósito Específico - SPE e tem por objeto social a exploração de concessão de Serviços Públicos de Transmissão de Energia, prestados mediante implantação, operação e manutenção de instalações de transmissão e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica. Essa atividade é regulamentada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME).

1.1. Da concessão

A Companhia foi constituída a partir do Consórcio Paranaíba, vencedor do Lote G do Leilão de Transmissão nº 07/2012, realizado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) em 19 de dezembro de 2012.

O Lote G é composto pelas seguintes instalações nos Estados da Bahia, Minas Gerais e Goiás:

- Linha de Transmissão Barreiras II - Rio das Éguas, em 500 kV, circuito simples, com extensão aproximada de 239 km, com origem na Subestação Barreiras II e término na Subestação Rio das Éguas (Trecho G1).
- Linha de Transmissão Rio das Éguas - Luziânia, em 500 kV, circuito simples, com extensão aproximada de 368 km, com origem na Subestação Rio das Éguas e término na Subestação Luziânia (Trecho G2).
- Linha de transmissão Luziânia - Pirapora 2, em 500 kV, circuito simples, com extensão aproximada de 346 km, com origem na Subestação Luziânia e término na Subestação Pirapora 2 (Trecho G3).
- Com equipamentos de compensação reativa e respectivas conexões, entradas de linhas, interligação de barramentos, barramentos, instalações vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio.

Em 2 de maio de 2013, a Companhia assinou o Contrato de Concessão nº 007/2013, de acordo com as normas e regulamentos expedidos pelo Poder Concedente e pela ANEEL. O prazo de implantação do empreendimento foi fixado em 36 meses a partir da assinatura do Contrato de Concessão.

Paranaíba Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação
31 de março de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

1. Informações gerais--Continuação

1.1. Da concessão--Continuação

A Receita Anual Permitida ("RAP") foi determinada em R\$100.264 (cem milhões, duzentos e sessenta e três mil, quinhentos e cinquenta reais e dois centavos), valor histórico, e será corrigida anualmente, com base na variação do IPCA, no mês de julho de cada ano, nos termos do contrato de concessão.

Em 13 de julho de 2021, a ANEEL, de acordo com a Resolução Homologatória nº 2.895/2021, estabeleceu a RAP em R\$156.284 relativa ao Contrato de Concessão e Reforços autorizados em operação comercial para o período de 1º de julho de 2021 a 30 de junho de 2022.

Em 05 de julho de 2022, a ANEEL, de acordo com a Resolução Homologatória nº 3.050/2022, estabeleceu a RAP em R\$174.648 relativa ao Contrato de Concessão e Reforços autorizados em operação comercial para o período de 1º de julho de 2022 a 30 de junho de 2023.

Em 04 de julho de 2023, a ANEEL, de acordo com a Resolução Homologatória nº 3.216/2023, estabeleceu a RAP em R\$ 181.490 relativa ao Contrato de Concessão e Reforços autorizados em operação comercial para o período de 1º de julho de 2023 a 30 de junho de 2024, correspondendo basicamente ao reajuste tarifário anual pelo IPCA. Entretanto, a ANEEL, não considerou para emissão da Resolução nº 3.216 a Resolução Periódica Homologatória nº 3.205/2023, de 13 de junho de 2023, que reconheceu o resultado da revisão tarifária periódica prevista para ocorrer a cada cinco anos conforme cláusula 7ª do contrato de concessão. Dessa forma, a Companhia requereu, através da Reclamação nº 039.2023, que o resultado aprovado pela última Resolução seja retificado com o objetivo de considerar a Revisão Tarifária Periódica no cálculo. Considerando o resultado já reconhecido pela Resolução nº 3.205, a Companhia estima que a RAP para o período de 1º de julho de 2023 a 30 de junho de 2024 deve ser de R\$ 193.064. Por fim, vale destacar que a Revisão Tarifária Periódica considerou apenas a variação no custo real de capital de terceiros do contrato de concessão. A revisão de RAP dos reforços relacionados ao banco de reatores da subestação Barreiras II foi postergada para 2024, com efeitos retroativos a 2023.

1.2. Implantação do empreendimento

A Companhia concluiu com êxito, no mês de maio de 2016, a implantação e energização da linha de transmissão Luziânia - Pirapora 2. No mês de julho de 2016, foi concluída a implantação e energização da linha de transmissão Rio das Éguas - Luziânia. O trecho Barreiras II - Rio das Éguas teve sua implantação e energização concluída em janeiro de 2017, representando a conclusão da implantação da totalidade do projeto.

Paranaíba Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação
31 de março de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

1. Informações gerais--Continuação

1.3. Licenciamento ambiental

Conforme mencionado anteriormente, em 30 de janeiro de 2017, o Ministério do Meio Ambiente, por meio do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, emitiu a Licença de Operação nº 1.367/2017 em favor da Companhia, autorizando a operação comercial do trecho Luziânia-Pirapora 2 (G3).

No dia 4 de abril de 2017, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais ("IBAMA") retificou a Licença de Operação nº 1.367/2017, estendendo-a a todos os trechos da Linha de Transmissão 500kV, passando pelas subestações de Barreiras II - Rio das Éguas - Luziânia - Pirapora 2, com extensão aproximada de 953 Km, compreendida entre os estados da Bahia, Goiás e Minas Gerais. Desde então, a Companhia encontra-se em operação comercial plena e apta ao recebimento integral da RAP.

1.4. Revisão Tarifária

Conforme Contrato de Concessão nº 007/2013 ANEEL, firmado em 2 de maio de 2013, a agência procederá revisão da RAP em intervalos periódicos de 5 (cinco) anos, contados do primeiro mês de julho subsequente à data de assinatura do contrato, além da correção pelo IPCA realizada anualmente.

Na definição da receita máxima permitida no momento do leilão, a ANEEL estipulou a remuneração do capital próprio e de terceiros em função de premissas de mercado vigentes na época. Nas revisões previstas para o 5º, 10º e 15º ano do período da concessão, a RAP será corrigida para mais ou para menos considerando justamente a variação neste custo real de capital de terceiros e considerando ainda eventuais ganhos de eficiência operacional relacionados à operação e manutenção dos empreendimentos.

Em 2023, a Nota Técnica nº 25/2023 - SGT/ANEEL consolidou o cálculo realizado pela agência e as contribuições dos agentes com revisão tarifária prevista em 2023. Esta nota técnica instruiu a decisão colegiada de diretoria da ANEEL que fixou a RAP revisada.

De forma resumida, o custo real de capital de terceiros previsto no contrato de concessão firmado pela PTE era de 3,78%. Em 2018, durante a 1ª Revisão Tarifária Periódica, foi reconhecido um custo real de capital de terceiros de 2,63%, o que representou uma redução de RAP de 3,99%. Após a atualização dos indicadores macroeconômicos, mais precisamente TJLP e IPCA, observa-se um custo real de capital de terceiros revisado de 2,98% nesse segundo ciclo.

Com isto, o WACC real do contrato passou de 5,09% na primeira revisão tarifária para 5,31%, gerando um aumento da RAP de 7,74% a partir de julho de 2023. Em termos de valor, a revisão provocou um aumento de R\$12.996 na RAP do ciclo 2023/2024 ou ainda R\$1.083 na receita mensal.

Paranaíba Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação
31 de março de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

Em relação aos reforços autorizados e que entraram em operação comercial entre 2018 e 2023, em função da impossibilidade de atualização a contento do banco de preços de referência, a ANEEL decidiu prorrogar a revisão tarifária para 2024 com efeitos retroativos a 2023, aplicando de forma provisória o reajuste pelo IPCA em 2023.

A Companhia reconheceu como outras receitas operacionais o efeito da revisão tarifária sobre o ativo contratual, conforme previsto na Instrução 04/2020 emitida pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM. O resultado da revisão tarifária para PTE foi o ajuste a valor presente do ativo do contrato em aproximadamente R\$ 69.140.

1.5. Reforço I - Resolução Autorizativa ANEEL nº 6.030, de setembro de 2016

Em 12 de setembro de 2016, a ANEEL publicou autorização para implantação de reforços em instalações de transmissão de responsabilidade da Paranaíba na subestação de Barreiras II, de forma a possibilitar a operação parcial por meio das acessantes Paranaíba e São Pedro Transmissora. O investimento previsto pela ANEEL é de R\$7.065, com prazo de conclusão de 6 (seis) meses e incremento na RAP de aproximadamente R\$864 a ser recebida até o final do contrato de concessão principal.

A Companhia destaca que a implantação destes reforços foi concluída em janeiro de 2017 e teve inclusão na RAP do ciclo 2017/2018 a partir de 15 de julho de 2017 pelo valor anual de R\$895.

1.6. Reforço II - Resolução Autorizativa ANEEL nº 6.846, de janeiro de 2018

Em 7 de fevereiro de 2018, a ANEEL publicou autorização para implantação de reforços em instalações de transmissão de responsabilidade da Paranaíba na subestação de Barreiras II. O investimento previsto pela ANEEL é de aproximadamente R\$25.770, com prazo de conclusão de 16 (dezesseis) meses e incremento na RAP de aproximadamente R\$3.111 a ser recebida até o final do contrato de concessão principal.

Este empreendimento compõe a complementação do módulo geral da SE Barreiras II, com módulo de infraestrutura para instalação de um banco de reatores de barra 500 kV, com incremento de RAP de R\$279 e vigência da RAP por 31 anos; instalação de um banco de reatores de barra 500 kV, 3x50 Mvar e conexão do reator de barra RTB8 500 kV, com incremento de RAP de R\$1.854 e vigência de RAP por 36 anos e a conexão do reator de barra RTB8 500 kV, com incremento de RAP de R\$978 e vigência por 28 anos.

A implantação desse reforço foi concluída em 19 de abril de 2019, 49 dias antes do prazo estipulado pela ANEEL.

Paranaíba Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação
31 de março de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

1. Informações gerais--Continuação

1.7. Reforço III - Resolução Autorizativa ANEEL nº 7.498, de dezembro de 2018

Em 19 de dezembro de 2018, a ANEEL publicou autorização para implantação de reforços em instalações de transmissão de responsabilidade da Paranaíba na subestação de Barreiras II, para instalação de uma fase reserva 1x50 Mvar para o banco de reatores de barra 500 kV mencionado na Nota 1.9. O investimento previsto pela ANEEL é de aproximadamente R\$5.192, com prazo de conclusão de 16 (dezesesseis) meses e incremento na RAP de aproximadamente R\$618 a ser recebida até o final do contrato de concessão principal.

A energização desse reator ocorreu em 12 de dezembro de 2019, o que representa uma antecipação de 4 (quatro) meses em relação ao prazo previsto pela ANEEL.

1.8. Reforço SEP FNESE- Despacho ANEEL nº 1.239, de maio de 2022

Em 06 de maio de 2022, a ANEEL publicou autorização para implantação de reforços em instalações de transmissão de responsabilidade da TAESA na subestação de Rio das Éguas, para instalação de um novo painel de controle com IED's para envio de informações de fluxo de potência da LT Rio das Éguas – Luziânia (FLSMRE) para compor o fluxo FNESE em atendimento a novo SEP. O investimento pela companhia foi de aproximadamente R\$1.802, com prazo de conclusão de 30 (trinta) meses e sem incremento na RAP.

1.9. Reforço SEP N-NE-SE- Despacho ANEEL nº 2.940, de outubro de 2022

Em 11 de outubro de 2022, a ANEEL publicou autorização para implantação de reforços em instalações de transmissão onde foi subdividido em dois projetos, um deles é de responsabilidade da TAESA na subestação de Rio das Éguas, para instalação de um novo painel de telecomunicações com SDH's com tecnologia MPLS-TP e novos painéis para os sistemas de supervisão e monitoramento e o segundo projeto é de responsabilidade da SMTE na subestação de Luziania, para instalação de um novo painel de telecomunicações com SDH's com tecnologia MPLS-TP e novos painéis para os sistemas de supervisão e monitoramento. O investimento pela companhia será de aproximadamente R\$2.323 para o projeto com a TAESA e aproximadamente R\$4.339 para o projeto com a SMTE, com prazo de conclusão de 18 (dezoito) meses e sem incremento na RAP.

Paranaíba Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação
31 de março de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

2. Base de preparação e mensuração

As demonstrações financeiras intermediárias da Companhia foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

A Companhia adotou os pronunciamentos, interpretações e orientações, emitidas pelo CPC, que estavam em vigor em 31 de março de 2024. As demonstrações financeiras intermediárias foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos.

As demonstrações financeiras intermediárias foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras intermediárias foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras intermediárias.

Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, recuperabilidade dos impostos diferidos, análise do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos, assim como a análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras intermediárias devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente.

Paranaíba Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação
31 de março de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

2. Base de preparação e mensuração—Continuação

As demonstrações financeiras intermediárias da Companhia foram autorizadas pela administração em 29 de abril de 2024.

2.1. Moeda funcional

As demonstrações financeiras intermediárias estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia.

2.2. Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras intermediárias, a administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

2.3. Ativo de contrato e remuneração do ativo de contrato

No início da concessão, a taxa de remuneração do ativo de contrato é estimada pela Companhia por meio de componentes internos e externos de mercado, por meio de avaliações financeiras. A taxa de remuneração do ativo de contrato é estimada por concessão e utilizada para remunerar o ativo de contrato do referido Contrato de Concessão.

O saldo do ativo de contrato reflete o valor do fluxo de caixa futuro descontado pela TRAF - Taxa de Remuneração do Ativo de contrato referente ao Contrato de Concessão. São consideradas no fluxo de caixa futuro as estimativas da Companhia na determinação da parcela mensal da TRAF que deve remunerar a infraestrutura e a indenização que se espera receber do Poder Concedente no fim da concessão. O valor indenizável é considerado pela Companhia como o valor residual contábil no término da concessão.

A Companhia utiliza os seus resultados históricos como base para determinação de suas estimativas, levando em consideração o tipo de concessão, a região de operação e as especificidades de cada leilão.

Paranaíba Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação
31 de março de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

2. Base de preparação e mensuração--Continuação

2.4. Determinação da taxa efetiva de juros do ativo de contrato

A taxa aplicada ao ativo de contrato é uma taxa de desconto que melhor representa a estimativa da Companhia para a remuneração financeira dos investimentos da infraestrutura de transmissão, por considerar os riscos e prêmios específicos do negócio. A taxa para precificar o componente financeiro do ativo de contrato é estabelecida na data do início de cada contrato de concessão. Quando o Poder Concedente revisa ou atualiza a receita que a Companhia tem direito a receber, a quantia escriturada do ativo de contrato é ajustada para refletir os fluxos revisados, sendo o ajuste reconhecido como receita ou despesa no resultado.

2.5. Receita de operação e manutenção

Quando a concessionária presta serviços de operação e manutenção, é reconhecida a receita pelo valor justo, tendo como um dos parâmetros os valores estimados pelo Poder Concedente e os respectivos custos, conforme contraprestação dos serviços.

2.6. Receita de construção

Quando a concessionária presta serviços de implementação da infraestrutura, é reconhecida a receita de infraestrutura pelo valor justo e os respectivos custos relativos aos serviços de implementação da infraestrutura prestados levando em consideração que os projetos embutem margem suficiente para cobrir os custos de implementação da infraestrutura e encargos.

2.7. Avaliação de instrumentos financeiros

A Companhia faz uso de técnicas de avaliação que incluem informações que não se baseiam em dados observáveis de mercado para estimar o valor justo de determinados tipos de instrumentos financeiros.

2.8. Impostos, contribuições e tributos

Existem incertezas relacionadas à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e à época de resultados tributáveis futuros. Em virtude da natureza de longo prazo e da complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registradas. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que atua. O valor dessas provisões baseia-se em diversos fatores, tais como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir em uma ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia.

Paranaíba Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação
31 de março de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

2. Base de preparação e mensuração--Continuação

2.9. Provisões para contingências

A Companhia reconhece provisão para causas prováveis de cunho cíveis, tributárias, trabalhistas e ambientais. A avaliação da probabilidade de perda inclui evidências disponíveis, hierarquia das leis, jurisprudências disponíveis, decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos assessores jurídicos. As provisões são revisadas e ajustadas periodicamente para que seja refletida na demonstração financeira intermediária o valor de melhor estimativa para pagamento futuro.

3. Principais políticas contábeis

A Companhia aplicou as principais políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os períodos apresentados nestas demonstrações financeiras intermediárias.

3.1. Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício.

3.2. Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender aos compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros propósitos. Para que um investimento seja qualificado como equivalente de caixa, ele precisa ter conversibilidade imediata em montante conhecido de caixa e estar sujeito a um insignificante risco de mudança de valor. Portanto, um investimento normalmente qualifica-se como equivalente de caixa somente quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da aquisição.

3.3. Concessionários e permissionários

Destinam-se à contabilização dos valores a receber referentes ao serviço de transmissão de energia, registrados pelo regime de competência. O faturamento dos valores a receber foi efetuado conforme determinação do Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, por meio dos avisos de crédito (AVCs) mensais.

Paranaíba Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação
31 de março de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

3. Principais políticas contábeis--Continuação

3.4. Ativo de contrato

Conforme previsto no contrato de concessão, o concessionário atua como prestador de serviço. O concessionário implementa, amplia, reforça ou melhora a infraestrutura (serviços de implementação de infraestrutura) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura durante o prazo de concessão.

O contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para realização dos serviços públicos, sendo os bens revertidos ao Poder Concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem direito de operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do Poder Concedente, nas condições previstas no contrato de concessão.

Ativo de contrato

Com a entrada em vigor em 1º de janeiro de 2018 do CPC 47, o direito à contraprestação por bens e serviços condicionado ao cumprimento de obrigações de desempenho e não somente a passagem do tempo enquadram as transmissoras nessa norma. Com isso, as contraprestações passam a ser classificadas como um “ativo de contrato”.

O ativo de contrato se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto, porém, o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção. Mensalmente, à medida que a Companhia opera e mantém a infraestrutura, a parcela do ativo de contrato equivalente à contraprestação daquele pela satisfação da obrigação de desempenho de construir torna-se um ativo financeiro, pois nada além da passagem do tempo será requerida para que o referido montante seja recebido. Os benefícios desse ativo são os fluxos de caixa futuros.

O valor do ativo de contrato das concessionárias de transmissão de energia é formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros. O fluxo de caixa futuro é estimado no início da concessão, ou na sua prorrogação, e as premissas de sua mensuração são revisadas na Revisão Tarifária Periódica (RTP).

Os fluxos de caixa são definidos a partir da Receita Anual Permitida (RAP), que é a contraprestação que as concessionárias recebem pela prestação do serviço público de transmissão aos usuários. Esses recebimentos amortizam os investimentos nessa infraestrutura de transmissão e eventuais investimentos não amortizáveis (bens reversíveis) geram o direito de indenização do Poder Concedente ao final do contrato de concessão.

Paranaíba Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação
31 de março de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

3. Principais políticas contábeis--Continuação

3.4. Ativo de contrato--Continuação

Ativo de contrato--Continuação

A implementação da infraestrutura, atividade executada durante a fase de obra, tem o direito à contraprestação vinculado à performance de finalização da obra e das obrigações de desempenho de operar e manter, e não somente a passagem do tempo, sendo o reconhecimento da receita e dos custos das obras relacionadas à formação desse ativo através dos gastos incorridos.

Assim, a contrapartida pelos serviços de implementação da infraestrutura efetuados nos ativos de concessão a partir de 1º de janeiro de 2018 passaram a ser registrados na rubrica "Implementação da Infraestrutura", como um ativo de contrato, por terem direito à contraprestação ainda condicionados à satisfação de outra obrigação de desempenho.

As receitas com implementação da infraestrutura e receita de remuneração dos ativos de concessão estão sujeitas ao diferimento do Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), registrados na conta "Impostos diferidos" no passivo não circulante.

3.5. Outros ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros sejam gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor possa ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação ocorrer nos próximos 12 meses.

Paranaíba Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação
31 de março de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

3. Principais políticas contábeis--Continuação

3.6. Distribuição de dividendos

A política de reconhecimento contábil de dividendos está em consonância com as normas previstas no CPC 25 e ICPC 08, as quais determinam que os dividendos propostos a serem pagos e que estejam fundamentados em obrigações estatutárias devem ser registrados no passivo circulante.

O Estatuto Social da Companhia prevê que, no mínimo, 25% do lucro líquido anual seja distribuído a título de dividendos. Adicionalmente, de acordo com o Estatuto Social, compete à Assembleia de Acionistas deliberar sobre o pagamento de juros sobre o capital próprio e de dividendos intermediários.

Desse modo, no encerramento do exercício social e após as devidas destinações legais, a Companhia registra a provisão equivalente ao dividendo mínimo obrigatório ainda não distribuído no curso do exercício, ao passo que registra os dividendos propostos excedentes ao mínimo obrigatório como "Proposta de distribuição de dividendo adicional" no patrimônio líquido.

3.7. Provisão para redução ao provável valor de recuperação de ativos financeiros

Ativos financeiros são avaliados a cada data de balanço para identificação de eventual indicação de redução no seu valor de recuperação dos ativos (*impairment*). Os ativos são considerados irre recuperáveis quando existem evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o seu reconhecimento inicial e que tenham impactado o seu fluxo estimado de caixa futuro.

3.8. Receita e custo de construção

Serviços de implementação da infraestrutura, ampliação, reforço e melhorias das instalações de transmissão de energia elétrica. As receitas de infraestrutura são reconhecidas conforme os gastos incorridos e calculadas acrescendo-se as alíquotas de PIS e COFINS ao valor do investimento, uma vez que os projetos embutem margem suficiente para cobrir os custos de implementação da infraestrutura e encargos, considerando que boa parte de suas instalações é implementada através de contratos terceirizados com partes não relacionadas. As variações positivas ou negativas em relação à margem estimada são alocadas no resultado quando incorridas.

Paranaíba Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação
31 de março de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

3. Principais políticas contábeis--Continuação

3.8. Receita e custo de construção--Continuação

Toda a margem de construção é recebida durante a obra e variações positivas ou negativas são alocadas imediatamente ao resultado, no momento que incorridas. Para estimativa referente à Receita de Construção, a Companhia utilizou um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, Poder Concedente). A taxa definida para o valor presente líquido da margem de construção (e de operação) é definida no momento inicial do projeto e não sofre alterações posteriores, sendo apurada de acordo com o risco de crédito do cliente e prazo de financiamento.

3.9. Receita de remuneração do ativo de contrato

Juros reconhecidos pelo método linear com base na taxa que melhor representa a remuneração dos investimentos da infraestrutura de transmissão, por considerar os riscos e prêmios específicos do negócio. A taxa busca precificar o componente financeiro do ativo contratual, determinada na data de início de cada contrato de concessão. A taxa de retorno incide sobre o montante a receber do fluxo futuro de recebimento de caixa.

3.10. Receita de operação e manutenção

Serviços de operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica, que tem início após o término da fase de construção e que visa a não interrupção da disponibilidade dessas instalações.

3.11. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras, que é reconhecida no resultado, por meio do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem despesas com juros e variações monetárias sobre dívidas.

3.12. Tributação e encargos regulatórios

Conforme facultado pela legislação tributária, a Companhia optou pela tributação pelo lucro real anual com estimativas mensais. Sendo assim, o imposto de renda e da contribuição social, para a estimativa mensal, é calculada por meio da aplicação do percentual sobre o lucro líquido ajustado. O imposto de renda é calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescida do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$240 no período de 12 meses e compensados os prejuízos fiscais existentes, reconhecidos pelo regime de competência. A contribuição social sobre o lucro é calculada à alíquota de 9% sobre o lucro contábil ajustado, também considerando a compensação de bases negativas, reconhecidos pelo regime de competência. As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstradas no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização.

Paranaíba Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação
31 de março de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

3. Principais políticas contábeis--Continuação

3.12. Tributação e encargos regulatórios--Continuação

Além do imposto de renda e da contribuição social, a receita de prestação de serviço de transmissão está sujeita aos seguintes impostos, taxas e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

- Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS e Programa de Integração Social - PIS à alíquota de 9,25%.
- Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica - TFSEE mensal fixada pelos despachos emitidos pela ANEEL.
- As concessionárias e permissionárias de serviços públicos de transmissão de energia elétrica estão obrigadas a destinar anualmente o percentual de 1% de sua receita operacional líquida, apurada de acordo com o dispositivo no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE), em pesquisa e desenvolvimento do setor elétrico, conforme Lei nº 9.991/00 e Resolução Normativa ANEEL nº 504/12.

Esses encargos são apresentados como deduções da receita de uso do sistema de transmissão na demonstração do resultado.

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias.

3.13. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo e os de curto prazo, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras intermediárias tomadas em conjunto, são ajustados pelo seu valor presente.

O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência de exercícios. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais.

Paranaíba Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação
31 de março de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

3. Principais políticas contábeis--Continuação

3.14. Demonstrações dos fluxos de caixa

A demonstração dos fluxos de caixa foi preparada pelo método indireto e está apresentada de acordo com o pronunciamento contábil CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo CPC.

3.15. Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações do valor adicionado foram preparadas e estão apresentadas de acordo com o pronunciamento contábil CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

3.16. Custo dos empréstimos

Os custos dos empréstimos compreendem juros e outros custos incorridos relativos ao empréstimo.

Os custos dos empréstimos são contabilizados no resultado do exercício.

3.17. Instrumentos financeiros

A Companhia aplicou os requerimentos do CPC 48 - Instrumentos Financeiros, a partir de 1º de janeiro de 2018, relativos à classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros e a mensuração e o reconhecimento de perdas por redução ao valor recuperável.

a) Ativos financeiros

Classificação e mensuração - com a adoção do CPC 48, os instrumentos financeiros passaram a ser classificados em três categorias: mensurados ao custo amortizado; ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes ("VJORA") e ao Valor Justo por meio do Resultado ("VJR"). A norma também elimina as categorias existentes no CPC 38 de mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda. A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais e do modelo de negócio para a gestão destes ativos financeiros. A partir de 1º de janeiro de 2018, a Companhia passou a apresentar os instrumentos financeiros da seguinte forma:

Paranába Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação
31 de março de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

3. Principais políticas contábeis--Continuação

3.17. Instrumentos financeiros--Continuação

a) Ativos financeiros--Continuação

- Ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado - os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado. As variações líquidas do valor justo são reconhecidas no resultado.
- Custo amortizado - um ativo financeiro é classificado e mensurado pelo custo amortizado, quando tem finalidade de recebimento de fluxos de caixa contratuais e gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento. Os ativos mensurados pelo valor de custo amortizado utilizam método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução de valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação de taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento de juros seria imaterial.
- (i) Redução ao valor recuperável de ativos financeiros (*impairment*) - o CPC 48 substituiu o modelo de “perdas incorridas” do CPC 38 por um modelo prospectivo de “perdas de crédito esperadas”. O novo modelo de perdas esperadas se aplicará aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais. A Companhia não identificou perdas (*“impairment”*) a serem reconhecidas nos exercícios apresentados.
- (ii) Baixa de ativos financeiros - a baixa (desreconhecimento) de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando são transferidos a um terceiro os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual, substancialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos é reconhecida como um ativo ou passivo separado.

Paranaíba Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação
31 de março de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

3. Principais políticas contábeis--Continuação

3.17. Instrumentos financeiros--Continuação

b) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado. Os outros passivos financeiros (incluindo empréstimos) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

3.18. Arrendamentos

A Companhia avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação.

A Companhia aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativo de baixo valor. A Companhia reconhece o passivo de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativo de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes.

Ativos de direito de uso

A Companhia, reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamentos. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos.

Em determinados casos, se a titularidade do ativo arrendado for transferida para a Companhia ao final do prazo do arrendamento ou se o custo representar o exercício de uma opção de compra, a depreciação é calculada utilizando a vida útil estimada do ativo.

Os ativos de direito de uso também estão sujeitos à redução ao valor recuperável.

Paranaíba Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação
31 de março de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

3. Principais políticas contábeis--Continuação

3.18. Arrendamentos--Continuação

Passivos de arrendamento

Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos (incluindo, substancialmente, pagamentos fixos) menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual.

Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia usa sua taxa de empréstimo incremental na data de início porque a taxa de juro implícita no arrendamento não é facilmente determinável. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente.

Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor

A Companhia aplica a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo a seus arrendamentos de curto prazo (ou seja, arrendamentos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início e que não contenham opção de compra). Também aplica a concessão de isenção de reconhecimento de ativos de baixo valor a arrendamentos considerados de baixo valor. Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento.

3.19. Normas emitidas, mas ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras intermediárias da Paranaíba, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar estas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

Paranaíba Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação
31 de março de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

3. Principais políticas contábeis--Continuação

3.19. Normas emitidas, mas ainda não vigentes--Continuação

Alterações ao IFRS 16: Passivo de Locação em um Sale and Leaseback (Transação de venda e retroarrendamento) - Equivalente ao CPC 06 - Arrendamentos

Em setembro de 2022, o IASB emitiu alterações ao IFRS 16 (equivalente ao CPC 06 - Arrendamentos) para especificar os requisitos que um vendedor-arrendatário utiliza na mensuração da responsabilidade de locação decorrente de uma transação de venda e arrendamento de volta, a fim de garantir que o vendedor-arrendatário não reconheça qualquer quantia do ganho ou perda que se relaciona com o direito de uso que ele mantém. As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras anuais que se iniciam em ou após 1 de janeiro de 2024 e devem ser aplicadas retrospectivamente a transações sale and leaseback celebradas após a data de aplicação inicial do IFRS 16 (CPC 06). A aplicação antecipada é permitida e esse fato deve ser divulgado.

Alterações ao IAS 1: Classificação de Passivos como Circulante ou Não-Circulante - Equivalente ao o CPC 26 (R1) - Apresentação das demonstrações contábeis.

Em janeiro de 2020 e outubro de 2022, o IASB emitiu alterações aos parágrafos 69 a 76 do IAS 1 (equivalente ao o CPC 26 (R1) - Apresentação das demonstrações contábeis) para especificar os requisitos de classificação de passivos como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem:

- O que se entende por direito de adiar a liquidação.
 - Que o direito de adiar deve existir no final do período das informações financeiras.
 - Que a classificação não é afetada pela probabilidade de a entidade exercer seu direito de adiar.
 - Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for ele próprio um instrumento de patrimônio, os termos de um passivo não afetarão sua classificação.
- Além disso, foi introduzida uma exigência de divulgação quando um passivo decorrente de um contrato de empréstimo é classificado como não circulante e o direito da entidade de adiar a liquidação depende do cumprimento de covenants futuros dentro de doze meses. As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras anuais que se iniciam em ou após 1 de janeiro de 2024 e devem ser aplicadas retrospectivamente.

Paranaíba Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação
31 de março de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

3. Principais políticas contábeis--Continuação

3.19. Normas emitidas, mas ainda não vigentes--Continuação

Acordos de financiamento de fornecedores - Alterações ao IAS 7 e IFRS 7 - equivalente ao CPC 03 (R2) - Demonstrações do fluxo de caixa) e ao IFRS 7 (equivalente ao CPC 40 (R1) - Instrumentos financeiros: evidenciação)

Em maio de 2023, o IASB emitiu alterações ao IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) - Demonstrações do fluxo de caixa) e ao IFRS 7 (equivalente ao CPC 40 (R1) - Instrumentos financeiros: evidenciação) para esclarecer as características de acordos de financiamento de fornecedores e exigir divulgações adicionais desses acordos. Os requisitos de divulgação nas alterações têm como objetivo auxiliar os usuários das demonstrações financeiras a compreender os efeitos dos acordos de financiamento com fornecedores nas obrigações, fluxos de caixa e exposição ao risco de liquidez de uma entidade. As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras anuais que se iniciam em ou após 1 de janeiro de 2024. A adoção antecipada é permitida, mas deve ser divulgada.

As informações referentes aos novos pronunciamentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) supracitados, não trouxeram alterações significativas nas Demonstrações Financeiras Intermediárias.

4. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa

	31/03/2024	31/12/2023
Caixa e Bancos conta movimento	327	188
Aplicação financeira	47.552	49.029
	<u>47.879</u>	<u>49.217</u>

As aplicações financeiras de liquidez imediata são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

Em 31 de março de 2024, as aplicações financeiras referentes a Certificados de Depósitos Bancários (CDBs) foram remuneradas à taxa média de 102,46% do CDI.

Paranaíba Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação
31 de março de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

5. Ativo de contrato

O Contrato de Concessão de Serviços Públicos de Transmissão de Energia Elétrica, celebrados entre a União (Poder Concedente - Outorgante) e a Companhia (Operadora) regulamentam a exploração dos serviços públicos de transmissão de energia elétrica pela Companhia, onde:

- O contrato estabelece quais os serviços que o operador deve prestar.
- O contrato estabelece padrões de desempenho para prestação de serviço público, com relação à manutenção e disponibilidade da rede.
- Ao final da concessão os ativos vinculados à infraestrutura devem ser revertidos ao Poder Concedente mediante pagamento de uma indenização.
- O preço é regulado através de mecanismo de tarifa estabelecido nos contratos pela Remuneração Anual Permitida (RAP), parcela garantida pelo Poder Concedente para remunerar o operador.

A infraestrutura construída da atividade de transmissão é recuperada através de dois fluxos de caixa, a saber: (a) parte através de valores a receber garantidos pelo Poder Concedente relativa à remuneração anual permitida (RAP) durante o prazo da concessão. Os valores da RAP garantida são determinados pelo Operador Nacional do Setor Elétrico (ONS), conforme contrato, e recebidos dos participantes do setor elétrico por ela designados pelo uso da rede de transmissão disponibilizada; e (b) parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa. Essa indenização será efetuada com base nas parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, com recebimento previsto para um período de 30 anos cujos critérios de pagamento ainda serão definidos pelo Poder Concedente.

O saldo em 31 de março de 2024 e 31 de dezembro de 2023 está composto como abaixo:

	31/03/2024	31/12/2023
Serviços de construção	2.746.530	2.689.899
Amortização do ativo de contrato	(908.269)	(867.117)
Total líquido	1.838.261	1.822.782
Circulante	171.063	168.912
Não circulante	1.667.198	1.653.870
Total	1.838.261	1.822.782

Paranaíba Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação
31 de março de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

6. Caixa e equivalente de caixa com uso restrito

	31/03/2024			31/12/2023
	Curto prazo	Longo prazo	Total	
Conta reserva do BNDES	-	18.779	18.779	19.036
Conta reserva das debêntures	-	15.050	15.050	14.765
Conta de pagamento das debêntures	2.404	-	2.404	9.564
	2.404	33.829	36.233	43.365

O saldo de R\$36.233 em 31 de março de 2024 (R\$43.365 em 31 de dezembro de 2023), representa o valor acumulado nas contas reserva apresentada em garantia ao contrato de financiamento firmado com o BNDES e à escritura da segunda emissão de debêntures da Companhia. O mecanismo de preenchimento destas contas reserva segue estritamente as condições previstas nos contratos de financiamento e a totalidade do saldo está aplicada em fundo de investimento e/ou aplicações financeiras exclusivamente lastreado em títulos públicos federais, de baixo risco, com liquidez diária, administrados pelo banco arrecadador, nos termos do contrato de cessão fiduciária de direitos, administração de contas e outras avenças. Periodicamente, a Companhia solicita a equalização do saldo, liberando em contas de livre movimentação excedentes em função dos rendimentos auferidos.

A Conta de Complementação de ICSD registra o montante equivalente à diferença monetária entre o índice apurado pela Companhia e o valor equivalente ao ICSD mínimo de 1,2 na data-base.

Em 31 de março de 2024, a Companhia estava em conformidade com as suas cláusulas restritivas. A mensuração do cálculo é realizada anualmente, na data base do exercício, mantendo-se assim totalmente adimplente junto à Planner e ao BNDES.

A conta de pagamento das debêntures é preenchida mensalmente com o valor correspondente a um sexto da parcela semestral vincenda projetada. A próxima parcela terá seu vencimento em 15 de setembro de 2024, momento no qual os recursos dessa conta são resgatados para pagamento da parcela e um novo ciclo de preenchimento da conta de pagamento das debêntures se inicia.

Paranaíba Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação
31 de março de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

7. Concessionários e permissionários

O saldo de contas a receber de clientes no valor de R\$22.994 (R\$22.061 em 31 de dezembro de 2023) não tem atrasos significativos conforme abaixo:

	31/03/2024	31/12/2023
A vencer	18.570	18.060
Até 30 dias	317	73
Entre 31 e 60 dias	171	558
Entre 61 e 90 dias	39	1.304
Acima de 90 dias	3.897	2.066
	22.994	22.061

Os faturamentos mensais são efetuados pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, com três vencimentos, nos dias 15, 25 e 5 do mês subsequente.

A administração entende que não é necessária a contabilização da provisão para créditos de liquidação duvidosa em relação aos seus clientes, pois, no caso de não pagamento à Companhia, como agente de transmissão, poderá solicitar à ONS o acionamento centralizado da garantia bancária do usuário relativa ao contrato de constituição de garantia ou carta-fiança bancária.

8. Empréstimos e financiamentos

Empréstimos BNDES

Em 21 de outubro de 2015, a Empresa celebrou o contrato de financiamento com o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico (BNDES) no valor de R\$606.241 (seiscentos e seis milhões, duzentos e quarenta mil e oitocentos e vinte reais).

Os recursos destinados a este investimento serão postos à disposição da SPE, sob a forma de três subcréditos:

- (a) *Subcrédito "A"* - no valor de R\$543.725 (quinhentos e quarenta e três milhões, setecentos e vinte e quatro mil, seiscentos e setenta reais), destinado à implantação de projeto. A taxa de juros é de 2,42% a.a. acima da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) divulgada pelo Banco Central do Brasil. A amortização deverá ser feita em 168 prestações mensais e sucessivas, vencendo a primeira em 15 de novembro de 2016 e última em 15 de outubro de 2030.

Paranaíba Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação
31 de março de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

8. Empréstimos e financiamentos--Continuação

Empréstimos BNDES--Continuação

- (b) *Subcrédito "B"* - no valor de R\$59.500 (cinquenta e nove milhões, quinhentos mil e trinta reais), destinado à aquisição de máquinas e equipamentos. A taxa de juros é de 2,02% a.a. acima da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) divulgada pelo Banco Central do Brasil. A amortização deverá ser feita em 168 prestações mensais e sucessivas, vencendo a primeira em 15 de novembro de 2016 e última em 15 de outubro de 2030.
- (c) *Subcrédito "C"* - no valor de R\$3.016 (três milhões, dezesseis mil, cento e vinte reais), destinado a investimentos socioambientais. A taxa de juros é a Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) divulgada pelo Banco Central do Brasil. A amortização deverá ser feita em 165 prestações mensais e sucessivas, vencendo a primeira em 15 de dezembro de 2018 e a última em 15 de outubro de 2030.

Como garantia do financiamento, a Companhia assinou o contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, cedendo os direitos relacionados ao contrato de Concessão.

Até 10 de Julho 2020, a Companhia registrou as liberações de recursos por parte do BNDES no valor total de R\$605.473, sendo R\$544.327 correspondente ao Subcrédito "A", R\$59.746 correspondente ao Subcrédito "B" e R\$2.900 correspondente ao Subcrédito "C".

Em 31 de março de 2024 o saldo atualizado da dívida é de R\$392.011, líquidos dos custos de transação que somam o valor de R\$18.

Mutação dos empréstimos

Os valores discriminados nos quadros abaixo consideram principal e juros reconhecidos até março de 2024.

	31/12/2023	Juros Apropriados	Amortização de Juros	Amortização de Principal	Custo de transação a amortizar	31/03/2024
BNDES Subcrédito A	351.844	7.455	(7.050)	(9.714)	-	342.535
BNDES Subcrédito B	38.142	773	(729)	(1.067)	-	37.119
BNDES Subcrédito C	2.192	35	(32)	(66)	-	2.129
Custo de transação	(167)	-	-	-	4	(163)
	392.011	8.263	(7.811)	(10.847)	4	381.620

Paranaíba Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação
31 de março de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

8. Empréstimos e financiamentos--Continuação

Segregação entre curto e longo prazo

	<u>Curto prazo</u>	<u>Longo prazo</u>	<u>Total 31/03/2024</u>
Subcrédito "A"	43.228	299.307	342.535
Subcrédito "B"	4.679	32.440	37.119
Subcrédito "C"	267	1.862	2.129
(-) Custo de transação	(20)	(143)	(163)
Total	<u>48.154</u>	<u>333.466</u>	<u>381.620</u>

Cronograma de vencimentos

	<u>2024</u>	<u>2025</u>	<u>2026</u>	<u>2027 até o final do contrato</u>	<u>Total</u>
BNDES - Subcrédito A	50.292	67.056	67.056	158.131	342.535
BNDES - Subcrédito B	5.390	7.186	7.186	17.357	37.119
BNDES - Subcrédito C	292	389	389	1.059	2.129
Total	<u>55.974</u>	<u>74.631</u>	<u>74.631</u>	<u>176.547</u>	<u>381.783</u>

Adicionalmente, o contrato de financiamento estabelece *covenants* financeiros e obrigações a serem observados pela Companhia. As principais obrigações foram integralmente cumpridas, e, encontram-se transcritas abaixo:

- Não constituir, sem autorização prévia do BNDES, penhor ou gravame sobre os direitos do Contrato de Cessão fiduciária.
- Vincular, em favor de outro credor os direitos creditórios a serem dados em garantia ao BNDES.
- Sem prévia autorização do BNDES, não realizar distribuição de dividendos e/ou pagamentos de juros sobre capital próprio cujo valor, isoladamente ou em conjunto, supere 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado.
- Não firmar contrato de mútuo com seus acionistas, diretos ou indiretos, e/ou com pessoas físicas ou jurídicas componentes do Grupo Econômico a que pertença a Beneficiária e/ou seus acionistas, inclusive AFAC, ressalvados os AFACs durante o período de implantação do Projeto, bem como não efetuar redução de seu capital social até a liquidação final das obrigações do contrato, sem prévia e expressa anuência do BNDES.
- Apurar, anualmente e durante todo o período de amortização deste Contrato, Índice de Cobertura do Serviço da Dívida de 1,2, a ser apresentado anualmente com base em relatório próprio e nas demonstrações financeiras anuais da Beneficiária, que será medido a partir do início da amortização.

Paranaíba Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação
31 de março de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

8. Empréstimos e financiamentos--Continuação

Cronograma de vencimentos—Continuação

- (f) Manter, durante todo o período de amortização do contrato, Índice de Capital Próprio, definido pela relação Patrimônio Líquido sobre Ativo Total, igual ou superior a 20%, expurgando, para esse cálculo os efeitos decorrentes da aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01.
- (g) Manter, durante o período de amortização do contrato, recursos na “Conta reserva”, com valores equivalentes a três vezes o valor da prestação mensal vincenda do serviço da dívida incluindo principal, juros e demais despesas pagas.
- (h) Apurar anualmente o índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD), calculado conforme metodologia constante no contrato.

Em 06 de maio de 2019, o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico (BNDES) exonerou a fiança bancária prestada por instituição financeira, que se responsabilizou, na qualidade de devedor solidário e principal pagador, pelo fiel e exato cumprimento de parcela de 24,5% (vinte e quatro inteiros e cinco décimos por cento) das obrigações garantidas de Furnas Centrais Elétricas S.A. e também exonerou as fianças corporativas prestadas pela State Grid Brazil Holding S.A. e pela COPEL - Companhia Paranaense de Energia, devido ao cumprimento do Completion Físico e Financeiro previsto no Parágrafo Quarto de sua Cláusula Décima Sexta do Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito nº 15.2.0494.1.

O contrato de cessão estabelece que em caso de ICSD inferior a 1,2, a Companhia deverá elevar o valor dos recursos aplicados na Conta Reserva do BNDES, de 3 (três) para 6 (seis) prestações mensais.

Em 31 de dezembro de 2023, todas as cláusulas restritivas estabelecidas no contrato de financiamento foram cumpridas pela Companhia. A mensuração do cálculo é realizada anualmente, na data base do exercício. Mantendo-se assim totalmente adimplente junto à Planner e ao BNDES.

9. Debêntures

Em 15 de janeiro de 2017, a Companhia realizou a 2ª emissão de debêntures simples, nominativa e escritural, não conversíveis em ações, em série única, com as seguintes características:

- Data da emissão: 15 de janeiro de 2017.
- Vencimento: 15 de março de 2028.
- Valor total da emissão: R\$120.000 (cento e vinte milhões de reais).
- Amortização: as debêntures serão amortizadas (juros + principal) em 22 parcelas semestrais e consecutivas, sempre no dia 15 dos meses de março e setembro, sendo o primeiro pagamento

Paranaíba Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação
31 de março de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

9. Debêntures—Continuação

devido em 15 de setembro de 2017 e o último na data do vencimento.

- Forma de Subscrição e Integralização: à vista, em moeda corrente nacional, no ato da subscrição, via CETIP

Remuneração: 100% da variação acumulada do Índice Nacional de Preço ao Consumidor Amplo (IPCA), acrescido de juros remuneratórios de 6,9045% ao ano.

- Ano-base: 252 dias úteis.
- Cláusula de repactuação: não haverá repactuação programada das debêntures.
- Amortização extraordinária: as debêntures não estão sujeitas à amortização extraordinária pela Emissora.
- Resgate antecipado facultativo: as debêntures não estão sujeitas ao resgate antecipado facultativo pela Emissora, seja ele total ou parcial.
- Garantias: fiança corporativa da State Grid Brazil Holding S.A. e da Copel Geração e Transmissão S.A., de forma não solidária e no limite da participação acionária de cada acionista na Companhia, fiança bancária no limite de 24,5% da emissão, penhor de ações e cessão fiduciária de direitos emergentes da concessão.

Mutação das debêntures

Os valores discriminados nas tabelas abaixo consideram principal e juros reconhecidos até março de 2024.

	31/12/2023	Juros Apropriados	Amortização de Juros	Amortização de Principal	Custo de transação a amortizar	31/03/2024
Debentures	99.470	3.638	(3.287)	(11.120)	-	88.701
(-) Custo de transação	(3.688)	-	-	-	219	(3.469)
Total	<u>95.782</u>	<u>3.638</u>	<u>(3.287)</u>	<u>(11.120)</u>	<u>219</u>	<u>85.232</u>

Segregação entre curto e longo prazo

	Curto prazo	Longo prazo	Total 31/03/2024
Debentures	24.179	64.522	88.701
(-) Custo de transação	(939)	(2.530)	(3.469)
Total	<u>23.240</u>	<u>61.992</u>	<u>85.232</u>

Paranaíba Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação
31 de março de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

9. Debêntures--Continuação

Cronograma de vencimento

	2024	2025	2026	2027 até o final do contrato	Total
Debentures	23.475	19.344	17.206	28.676	88.701

Adicionalmente, o contrato de financiamento estabelece *covenants* financeiros e obrigações a serem observados pela Companhia. As principais obrigações foram integralmente cumpridas, e, encontram-se transcritas abaixo:

- (a) Deixar de ter suas demonstrações financeiras intermediárias auditadas por auditor independente registrado na CVM.
- (b) Redução do capital social da emissora, independentemente da distribuição de recursos às suas acionistas diretas e indiretas, ou cancelamento de adiantamento para futuro aumento de capital realizados por acionistas da emissora, sem prévia autorização do debenturista.
- (c) Não constituir, sem autorização prévia do BNDES, penhor ou gravame sobre os direitos do Contrato de Cessão fiduciária.
- (d) Vincular, em favor de outro credor, os direitos creditórios a serem dados em garantia ao BNDES.
- (e) Sem prévia autorização do BNDES, não realizar distribuição de dividendos e/ou pagamentos de juros sobre capital próprio cujo valor, isoladamente ou em conjunto, supere 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado.
- (f) Não firmar contrato de mútuo com terceiros ou com seus acionistas, diretos ou indiretos, e/ou com pessoas físicas ou jurídicas componentes do Grupo Econômico a que pertença a Beneficiária e/ou seus acionistas, sem prévia aprovação dos Debenturistas ressalvadas as hipóteses cumulativas, em que: (i) sejam subordinadas às Debêntures e ao contrato de financiamento; (ii) de curto prazo, isto é, com vencimento em até um ano de sua contratação e limitada ao valor máximo de R\$10.000 desde que não resulte em descumprimento do ICSD; (iii) tenham seus recursos exclusivamente destinados para pagamento de fornecedores para término das obras e conclusão do projeto.
- (g) Manter, durante todo o período de amortização do contrato, Índice de Capital Próprio, definido pela relação Patrimônio Líquido sobre Ativo Total, igual ou superior a 20%, expurgando para este cálculo os efeitos decorrentes da aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01.
- (h) Manter, durante o período de amortização do contrato, recursos na "Conta reserva", com valores equivalentes a três vezes o valor da prestação mensal vincenda do serviço da dívida incluindo principal, juros e demais despesas pagas.

Paranaíba Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação
31 de março de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

- (i) Apurar, anualmente, o índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD), calculado conforme metodologia constante no contrato.

Em 22 de maio de 2019, a Planner Trustee DTVM exonerou a fiança bancária prestada por instituição financeira, que se responsabilizou, na qualidade de devedor solidário e principal pagador, pelo fiel e exato cumprimento de parcela de 24,5% (vinte e quatro inteiros e cinco décimos por cento) das obrigações garantidas de Furnas Centrais Elétricas S.A. e, em 24 de maio de 2019, a Planner também exonerou as fianças corporativas prestadas pela State Grid Brazil Holding S.A. e pela COPEL - Companhia Paranaense de Energia, devido ao cumprimento do Completion Físico e Financeiro previsto na cláusula 4.22 da Escritura de Emissão.

O contrato de cessão estabelece que em caso de ICSD inferior a 1,2, a Companhia deverá preencher a Conta de Complementação de ICSD de forma a manter o montante equivalente à diferença monetária entre o índice apurado e o valor equivalente a um ICSD mínimo de 1,2.

Em 31 de dezembro de 2023 todas as cláusulas restritivas estabelecidas no contrato de financiamento foram cumpridas pela Companhia. A mensuração do cálculo é realizada anualmente, na data base do exercício, mantendo -se adimplente com as demais obrigações previstas na Escritura da Segunda Emissão de Debêntures Simples da Companhia.

10. Contas a pagar

A Companhia, no curso normal de suas operações, está envolvida em processos legais de natureza cível, tributária, trabalhista e ambiental. A Companhia constitui provisões para processos legais a valores considerados pelos seus assessores jurídicos e sua Administração como sendo suficientes para cobrir perdas prováveis e possíveis. Essas provisões são apresentadas de acordo com a natureza das correspondentes causas:

As contingências provisionadas estão classificadas conforme a seguir:

	<u>31/03/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Cível	10.112	23.202

A Companhia é parte em um procedimento arbitral movido por terceiros e que corre sob confidencialidade. Esta arbitragem questiona eventuais custos adicionais incorridos durante a implantação do empreendimento. O valor provisionado representa, na data de emissão desta Demonstração financeira intermediária, a melhor expectativa da Administração e de seus assessores jurídicos para a liquidação de tal obrigação, devidamente atualizada monetariamente e acrescida de juros legais.

Paranaíba Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação
31 de março de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

11. Impostos correntes e diferidos

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240.000 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

a) Benefício fiscal

Em 23 dezembro de 2020, a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) emitiu o Laudo Constitutivo de nº 0168/2020, que outorga à Paranaíba Transmissora de Energia o direito à redução do imposto de renda de 75%, calculados sobre o lucro da exploração da atividade de transmissão de energia elétrica, enquadrada no setor de infraestrutura, considerado prioritário para fins do benefício, conforme Decreto 4.213, de 26 de abril de 2002. Tal benefício é calculado mensalmente com base no lucro de exploração, localizada no Estado da Bahia, com prazo de vigência de 2020 a 2029.

Em 29 de dezembro de 2020, a PTE protocolou pedido de reconhecimento do direito à redução do IRPJ perante a Receita Federal do Brasil (RFB), com fundamento no Laudo Constitutivo nº 0168/2020, expedido pela SUDENE.

Em 28 dezembro de 2021, a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) emitiu o Laudo Constitutivo de nº 0261/2021 que outorga à Paranaíba Transmissora de Energia o direito à redução do imposto de renda de 75%, calculados sobre o lucro da exploração da atividade de transmissão de energia elétrica, enquadrada no setor de infraestrutura, considerado prioritário para fins do benefício, conforme Decreto 4.213, de 26 de abril de 2002. Tal benefício é calculado mensalmente com base no lucro de exploração, localizada no Estado de Minas Gerais, com prazo de vigência de 2021 a 2030.

Em 29 de dezembro de 2021, a PTE protocolou pedido de reconhecimento do direito à redução do IRPJ perante a Receita Federal do Brasil (RFB), com fundamento no Laudo Constitutivo nº 0261/2021, expedido pela SUDENE.

11.1. Imposto de renda e contribuição social

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial, como ativo ou passivo fiscal, pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos, como reflexo das incertezas relacionadas à sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos vigentes na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

Paranaíba Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação
31 de março de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

11. Impostos correntes e diferidos--Continuação

11.2. Imposto de renda e contribuição social diferidos

Os encargos de imposto de renda e contribuição social diferidos são calculados com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e a contribuição social apurados respectivamente com base no Prejuízo Fiscal e na Base Negativa da CSLL foram apurados considerando a avaliação feita pela administração com base nos fluxos de caixas futuros e testes de recuperabilidade dos investimentos que indicaram que a Empresa terá rentabilidade para compensar os prejuízos acumulados.

Os passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de passivos para fins de demonstrações financeiras intermediárias e os usados para fins de tributação. As mudanças dos passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferidos.

Passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço.

A mensuração dos passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia espera liquidar seus passivos.

A demonstração dos tributos e contribuições correntes e diferidos é a seguinte:

Ativo diferido			
Descrição	IR - 25%	CSLL - 9%	Total
Saldo em 31/12/2023	17.771	6.447	24.218
Adições	60	21	81
Compensações	(4.815)	(1.728)	(6.543)
Saldo em 31/03/2024	13.016	4.740	17.756

Paranaíba Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação
31 de março de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

11. Impostos correntes e diferidos--Continuação

11.2. Imposto de renda e contribuição social diferidos--Continuação

Passivo diferido			
Descrição	IR - 25%	CSLL - 9%	Total
Saldo em 31/12/2023	166.543	59.955	226.498
Adições	11.704	4.213	15.917
Amortização	(7.146)	(2.573)	(9.719)
Saldo em 31/03/2024	171.101	61.595	232.696
Líquido em 31/03/2024	158.085	56.855	214.940
Líquido em 31/12/2023	148.772	53.508	202.280

Tributos correntes			
Descrição	IR - 25%	CSLL - 9%	Total
Saldo em 31/12/2023	225	467	692
Adições 2024	351	129	480
Compensações 2024	(107)	(45)	(152)
IRPJ/CSLL pagos por estimativa	(225)	(467)	(692)
Benefício fiscal - Sudene	(244)	-	(244)
Saldo em 31/03/2024	-	84	84

O reflexo no resultado está demonstrado como abaixo:

IRPJ/CSLL Corrente e Diferidos

	31/03/2024	31/03/2023
Imposto de renda diferido passivo	(9.191)	(4.473)
Incentivo SUDENE	248	1.841
Imposto de renda corrente	(416)	(4.686)
	(9.359)	(7.318)
Contribuição social diferido passivo	(3.309)	(1.610)
Contribuição social corrente	(137)	(1.711)
	(3.446)	(3.321)
Líquido	(12.805)	(10.639)

Paranáíba Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação
31 de março de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

11. Impostos correntes e diferidos--Continuação

11.3. PIS e COFINS

O PIS e COFINS diferidos referem-se aos registros contábeis da movimentação do CPC 47 - Ativos de Contrato que serão realizados na proporção das operações considerando a receita e custos de operação realizados e depreciação do ativo imobilizado da concessão.

A COFINS diferida foi apurada sobre a receita de construção e sobre a remuneração do ativo de contrato, pela alíquota de 7,6%, enquanto o PIS está constituído à alíquota de 1,65%, conforme tabela a seguir:

PIS/COFINS Diferidos

	<u>31/03/2024</u>	<u>31/03/2023</u>
PIS diferido	30.249	28.401
COFINS diferido	<u>139.324</u>	<u>130.811</u>
	<u>169.573</u>	<u>159.212</u>

12. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 31 de março de 2024, o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$543.261, dividido em 543.261.000 ações ordinárias nominativas subscritas e integralizadas, sem valor nominal, pela State Grid Brazil Holding S.A., Furnas Centrais Elétricas S.A. e Copel Geração e Transmissão S.A., na proporção de 51%, 24,5% e 24,5%, respectivamente.

A composição do capital social subscrito da Companhia, em reais, é como se segue:

	<u>Ações</u>	<u>%</u>
State Grid Brazil Holding S.A.	277.063.110	51,0
Furnas Centrais Elétricas S.A.	133.098.945	24,5
Copel Geração e Transmissão S.A.	<u>133.098.945</u>	<u>24,5</u>
	<u>543.261.000</u>	<u>100,0</u>

b) Reserva legal

A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício, observando-se os limites previstos pela Lei das Sociedades por Ações.

Paranaíba Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação
31 de março de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

12. Patrimônio líquido--Continuação

c) Reserva de incentivos fiscais

O incentivo fiscal do imposto de renda e adicionais não restituíveis é apurado e registrado no resultado do período como redução do imposto de renda, em atendimento ao pronunciamento CPC 07 - Subvenção e Assistência Governamentais e IAS 20. A parcela do lucro decorrente de incentivos fiscais é objeto de destinação à Reserva de Lucro, denominada Reserva de Incentivos Fiscais, em conformidade com o artigo 195-A da Lei nº 6.404/76, a qual somente poderá ser utilizada para aumento do capital social ou absorção de prejuízos. A Companhia goza deste incentivo fiscal, o qual está discriminado na Nota 11-a.

d) Reserva de retenção de lucros

Foram constituídas reservas para atender as necessidades de investimentos e manutenção do capital de giro da Companhia mediante a destinação de até 100% do lucro líquido remanescente, após as determinações legais e da absorção de prejuízos acumulados. Essa reserva é suportada por orçamento de capital, a ser deliberado em Assembleia Geral de Acionista.

e) Reserva de lucros a realizar

A administração da Companhia, em conformidade com a legislação brasileira e com seu Estatuto Social, propôs a destinação do saldo existente em lucros acumulados para a reserva de lucros a realizar.

Essa reserva é composta pela parcela dos lucros ainda não realizados financeiramente (apesar de contábil e economicamente realizados) pela Companhia e será realizado a longo prazo.

f) Dividendos mínimos obrigatórios

Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido após a constituição da reserva legal, calculado em conformidade com a legislação brasileira e com o Estatuto Social da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia destinou o valor de R\$25.258, equivalente a 25 % do lucro líquido ajustado após a destinação de 5% para reserva legal, para distribuição de dividendos mínimos obrigatórios, sendo R\$0,046493 para cada ação do capital social.

Paranaíba Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação
31 de março de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

12. Patrimônio líquido--Continuação

f) Dividendos mínimos obrigatórios--Continuação

Em 28 de junho de 2023, a Companhia pagou o valor de R\$39.363, sendo R\$ 23.283 referente à distribuição de 100% de dividendos mínimos obrigatórios do exercício de 2022, R\$ 18.998 referente à distribuição de 100% de dividendos mínimos obrigatórios relativos a ajustes nas demonstrações financeiras dos anos anteriores a 2022 e R\$ 3.218. referente a pagamento de dividendos antecipados, sendo R\$0,464934 para cada ação do capital social.

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia destinou o valor de R\$41.019, onde R\$34.124 para distribuição de dividendos mínimos obrigatórios equivalente a 25% do lucro líquido ajustado após a destinação de 5% para reserva legal, e R\$6.895 para distribuição de dividendo adicional proposto pela administração da companhia, se este não for aprovado pelo conselho, o montante será destinado a reserva de lucros, sendo R\$ 0,075504 para cada ação do capital social.

13. Receita operacional líquida

Segue abaixo a conciliação da receita bruta e líquida em 31 de março de 2024 e 2023:

	31/03/2024	31/03/2023
Receita de Construção	5.044	
Remuneração dos ativos de contrato	51.588	48.388
Receita de Operação e Manutenção	10.228	12.628
Receita operacional bruta	66.860	61.016
Deduções da receita operacional		
Encargos regulatórios	(634)	(599)
Pis (corrente e diferido)	(1.018)	(1.007)
Cofins (corrente e diferido)	(4.690)	(4.637)
Total receita operacional líquida	60.518	54.772

14. Custo de construção

	31/03/2024	31/03/2023
Máquinas e equipamentos	3.727	-
Serviços de terceiros	1.303	-
Tributos	345	-
Outros	30	-
	5.405	-

Paranaíba Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação
31 de março de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

15. Custo dos serviços

	31/03/2024	31/03/2023
Pessoal	(534)	(492)
Materiais	(8)	(89)
Serviços de terceiros	(2.512)	(4.068)
Arrendamentos e alugueis	(6)	(13)
Seguros	(88)	(38)
Reversão de Provisão	15	-
Outros	-	(15)
Total	(3.133)	(4.715)

16. Despesas gerais e administrativas

	31/03/2024	31/03/2023
Pessoal	(737)	(767)
Materiais	(1)	-
Serviços de terceiros	(258)	(440)
Alugueis	(145)	(143)
Seguros	(5)	(4)
Doações, Contribuições e Subvenções	(9)	-
Tributos	(0)	(3)
Depreciação e amortização	(3)	(3)
Outras Receitas Operacionais	8	429
Outras Despesas Operacionais	-	(11)
Total	(1.150)	(942)

Paranába Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação
31 de março de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

17. Receitas e despesas financeiras

Resultado financeiro líquido	31/03/2024	31/03/2023
Receitas financeiras		
Receitas de aplicações financeiras	2.162	2.855
Variações monetárias ativas	97	-
Outras receitas financeiras	6	1
Tributos sobre receitas financeiras		
Pis sobre receitas financeiras	(15)	(18)
Cofins sobre receitas financeiras	(91)	(114)
	2.159	2.724
Despesas financeiras		
Juros sobre empréstimos e debêntures	(12.123)	(14.331)
Outras despesas financeiras	(668)	(501)
	(12.791)	(14.832)
Total	(10.632)	(12.108)

18. Instrumentos financeiros

18.1. Classificação dos instrumentos financeiros por categoria

Em 31 de março de 2024 e 31 de dezembro de 2023, a classificação dos ativos financeiros por categoria é a seguinte:

Ativos financeiros	31/03/2024			31/12/2023
	Custo amortizado	A valor justo por meio do resultado	Total	Total
Caixa e equivalentes de caixa	-	47.879	47.879	49.217
Concessionários e permissionários	22.994	-	22.994	22.061
Despesas pagas antecipadamente	-	202	202	214
Serviços de P&D	-	912	912	670
Caixa e equivalentes de caixa com uso restrito	-	36.233	36.233	43.365
	22.994	85.226	108.220	115.527

Paranáíba Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação
31 de março de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

18. Instrumentos financeiros--Continuação

18.1. Classificação dos instrumentos financeiros por categoria--Continuação

O valor justo dos recebíveis não difere de forma relevante dos saldos contábeis, pois têm correção monetária consistente com taxas de mercado e/ou estão ajustados pela provisão para redução ao valor recuperável.

Os principais passivos financeiros da Companhia, em 31 de março de 2024 e 31 de dezembro de 2023, são mensurados ao custo amortizado, conforme demonstrado a seguir:

Passivos financeiros	31/03/2024	31/12/2023
Fornecedores e retenções contratuais	6.793	5.137
Empréstimos e financiamentos	381.620	392.011
Debêntures	85.232	95.782
Impostos e contribuições sociais	-85	2.636
Encargos setoriais	2.315	2.146
Salários e encargos	483	826
	476.358	498.538

18.2. Gestão de risco

As operações financeiras da Companhia são realizadas por intermédio da área financeira de acordo com a estratégia conservadora, visando à segurança, rentabilidade e liquidez previamente aprovada pela diretoria e acionistas. Os principais fatores de risco mercado que poderiam afetar o negócio da Companhia são:

a) Riscos de mercado

A utilização de instrumentos financeiros pela Companhia tem como objetivo proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações de taxas de juros, índices de preços e moedas. A Companhia não tem pactuado contratos de derivativos para fazer hedge contra esses riscos, porém, estes são monitorados pela administração, que periodicamente avalia a exposição da Companhia e propõe estratégia operacional, sistema de controle, limites de posição e limites de créditos com os demais parceiros do mercado.

A Companhia também não pratica aplicações de caráter especulativo ou quaisquer outros ativos de riscos.

Paranaíba Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação
31 de março de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

18. Instrumentos financeiros--Continuação

18.2. Gestão de risco--Continuação

b) Riscos ambientais

As atividades do setor de energia podem causar significativos impactos negativos e danos ao meio ambiente. A legislação impõe àquele que direta ou indiretamente causar degradação ambiental o dever de reparar ou indenizar os danos causados ao meio ambiente e a terceiros afetados, independentemente da existência de culpa. Os custos de recuperação do meio ambiente e indenizações ambientais podem obrigar a Companhia retardar ou redirecionar investimentos em outras áreas, mas a Companhia procura assegurar o equilíbrio entre a conservação ambiental e o desenvolvimento de suas atividades, estabelecendo diretrizes e práticas a serem observadas nas operações, a fim de reduzir o impacto ao meio ambiente, mantendo o foco no desenvolvimento sustentável de seu negócio.

18.3. Avaliação dos instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros constantes do balanço patrimonial apresentam-se pelo valor contratual, que é próximo ao valor de mercado. Para determinação do valor de mercado foram utilizadas as informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas para cada situação.

19. Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

Na data de fechamento deste relatório, a cobertura de seguros era como abaixo:

Tipo de seguro	Vigência		Limite máximo de indenização	Apólice
	Início	Fim		
Responsabilidade Civil de Administradores e Diretores (D&O)	12/07/2023	12/07/2024	R\$15.000	1001000000193
Riscos Operacionais	12/07/2023	12/07/2024	R\$40.000	1800002658343
Responsabilidade Civil	12/07/2023	12/07/2024	R\$15.000	1651004164828